



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 05

Sessão Extraordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em
13 de Outubro de 2018



RPA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 5

-----Aos treze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas dez horas, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de Ricardo Pereira Alves, sendo secretariado pelos Senhores Deputados António Gonçalves Cardoso e Luis da Silva Moreira Gomes, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

-----O Senhor Presidente deu a palavra ao **Segundo Secretário da Mesa**, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----

-----Ricardo João Barata Pereira Alves, António Gonçalves Cardoso, António Miguel Ribeiro Pinheiro, João José Monteiro Figueira, em substituição de Sara Rita Rodrigues Pedroso, Maria do Céu Brito Coelho Alves Paulino, em substituição de Manuel Augusto Simões Rodrigues, Afonso Henrique Tavares Ferreira, em substituição de Mário Pereira Gonçalves, Elisabete Simões Oliveira, Luis da Silva Moreira Gomes, Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Rogério dos Santos Fernandes, em substituição de Tamára Alexandra Brandão Simão, Carlos Miguel Oliveira Nobre, em substituição de André Rodrigues Vicente, Miguel Mateus Teixeira, Ivone Inês de Almeida Sousa Borges, António João Lopes, Christophe Rodrigues Coimbra, Mário Adrião Gonçalves e Maria José das Neves Fernandes Silva.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**-----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João António Travassos Nunes; Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, José Gonçalves da Costa Pinheiro; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Paulo Jorge Travassos Batista; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Luís Fernando das Neves Rodrigues; Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, José Manuel Fidalgo Nogueira; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, João Manuel Marques Tavares.-----

-----O Segundo Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas dos senhores deputados Sara Rita Rodrigues Pedroso, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Mário Pereira Gonçalves, Tamára Alexandre Brandão Simão, André Rodrigues Vicente, Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, Daniel Simões Gonçalves, Ana Sofia Pedroso Lopes Antunes, Joana Rita Ribeiro Oliveira Gomes e dos senhores presidentes da Junta de Freguesia do Piódão e da Junta de Freguesia de Secarias.-----



RPALus

Assembleia Municipal

-----Estas justificações dão-se por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, acompanhado pela restante Vereação, respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Érica Castanheira, Rui Silva, Fernando Vale e Tyoga Macdonald.-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou que “no edital há um lapso, quando se lê sessão ordinária deve ler-se sessão extraordinária; pedimos desculpa pelo mesmo.”-----

ORDEM DO DIA

1 - Apreciação e votação da proposta do Plano Estratégico de Reabilitação Urbana do Núcleo Histórico da vila de Arganil – após período de discussão pública.-----

-----Foi presente um exemplar do Plano Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) do núcleo histórico da vila de Arganil, bem como a informação INF/DGU/581/2018, datada de 02/10/2018, do técnico superior Bruno Dinis, que se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para explicar que “este é um ponto que surge na sequência do processo que, há cerca de 3 anos, foi aqui também apreciado, para a definição da primeira área de reabilitação urbana, aqui na vila, que foi depois designada de ARU. Esta área de reabilitação urbana preconiza e considera, do ponto de vista legal, uma vigência de 3 anos, tendo essa mesma ARU sido publicada em 21 de Outubro de 2015 em Diário da República. Neste momento trata-se de não ficarmos com nenhuma falta de enquadramento formal relativamente a este tipo de instrumento; aquilo que a legislação define é que as áreas de reabilitação urbana devem dar lugar a operações de reabilitação urbana, as ORU, e são sustentadas através de programas estratégicos de reabilitação urbana; é disso que trataremos aqui hoje. Os prazos formais foram entretanto cumpridos, o processo foi apreciado inicialmente em reunião de Câmara de 21 de Agosto de 2018, houve discussão pública que teve o prazo de 20 dias; decorrido esse prazo, não se registaram contributos e, paralelamente, o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, emitiu parecer favorável, embora não vinculativo. Neste momento, depois de ter sido novamente submetido a uma reunião de Câmara extraordinária que teve lugar a semana passada, estamos agora na fase de fazer a apreciação aqui em sede da Assembleia Municipal.”-----

-----Permitam-me dizer que a principal preocupação de estarmos a apreciar isto no âmbito de uma Assembleia Municipal extraordinária, tem a ver com acautelar que



RPALHS

Assembleia Municipal

não existirá nenhum vazio legal naquilo que está relacionado com as intervenções por parte dos privados, mas também com as intervenções públicas e com aquilo que são as candidaturas que estão a decorrer e as candidaturas que se perspectivam possam vir a acontecer para esta zona da nossa vila.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** para dizer que “embora esta seja uma Assembleia Municipal extraordinária, com assuntos específicos, não ficava bem com a consciência se não pedisse a vossa compreensão para um assunto que julgo nos diz respeito a todos e que é importante, pela sua actualidade, pedindo que falemos um bocadinho dele, que é solicitar um voto de pesar pela morte do engenheiro Francisco Moreira e assinalarmos o mais possível essa figura ímpar, de 35 anos de dedicação e de trabalho no concelho de Arganil. Talvez poucos ou nenhum conseguiu, de uma forma simbólica e literal, levar o nome de Arganil tão longe no mundo, em movimento, como o engenheiro Francisco Moreira e a Solex/Solalva. Era um homem visionário, disruptivo, exigente, muito orgulhoso do seu trabalho e muito ambicioso. Fazia o favor de ser amigo de muitos de nós, entre os quais me incluo. Um homem cru, muito directo, desassombrado, como, se calhar, só mesmo os espíritos tranquilos, honestos e livres conseguem ser. Julgo que quem trabalhou com ele não esquece a determinação e organização ímpar e a cultura de exigência que impôs na empresa e julgo que quem o conheceu também não pode negar o orgulho que tinha de o ter feito em Arganil e não noutro sítio. Não há homens insubstituíveis, há realmente personalidades, pessoas, inesquecíveis, e penso que Arganil deverá e espero bem que consiga, homenageá-lo, honrar a sua memória, o seu trabalho; é mais um grande vulto que desapareceu.”-

-----Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** dizendo que “é uma sessão extraordinária mas, face à circunstância, naturalmente que não podíamos deixar de permitir que esta questão fosse aqui invocada hoje.”-----

-----Pedi também a palavra o senhor deputado municipal **Luis Gomes** para dizer que “comungo na totalidade com a intervenção que fez o deputado Miguel Pinheiro. Talvez a pessoa aqui presente que primeiro tivesse conhecido o engenheiro Francisco Moreira, terei sido eu, na medida em que, desde o início, estive com ele na génese e na construção da Solex Portuguesa, empresa que, de certeza, é única em tecnologia de ponta que se encontra instalada no alto distrito de Coimbra. Foi um homem empreendedor, um homem de coragem, um homem de iniciativa, com o seu feitio muito próprio, mas Arganil fica a dever-lhe muito, exactamente pela projecção que conseguiu dar com a sua empresa, com os produtos que conseguiu depois já nesta fase final, depois da extinção da Solex, promover a nível mundial, para as grandes marcas automóveis mundiais. Aqui fica a homenagem da bancada do PSD a essa figura que agora desapareceu.”-----

-----A Assembleia Municipal fez um minuto de silêncio em memória do senhor engenheiro Francisco Moreira.-----



RPA/hs

Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** referindo que “relativamente a este assunto, acho que é um documento muito importante e não é só uma questão de proform processual ou de exigência de cumprimento de prazos; ele, realmente, tem nos seus objectivos uma tentativa de definir a estratégia de reabilitação urbana, nomeadamente de investimentos públicos, nas próximas década e meia, e é um documento que devia ser lido, analisado e discutido, porque, se aprovado, define as prioridades de investimento dos próximos anos, que transcendem este mandato. Devia ser lido por todos, como julgo que terá acontecido.

-----Em relação à nossa análise, achamos positiva a assunção, por parte do município de Arganil e a franqueza expressa na análise que faz ao tecido urbano da vila de Arganil, nomeadamente quando diz que se assiste a uma degradação física, desqualificação funcional, a que crescem processos de erosão social e económica; isto é um documento oficial, da Câmara, e que confirma todas as preocupações que vêm sido demonstradas não só pelo Partido Socialista, mas por todos aqueles que se preocupam com Arganil e que assistem paulatinamente a uma degradação da qualidade de vida, da qualidade do estado de conservação do edificado e, sobretudo, das vivências e do ambiente urbano. A isto acresce a análise demográfica que é feita no documento e que evidencia a precipitada queda populacional e o acentuado envelhecimento, que trarão, sendo possível extrapolar, uma situação muito perto dos dez mil habitantes em 2021, o próximo momento censitário, e certamente abaixo dos dez mil eleitores, o que transformará a composição dos executivos camarários, passando a ser não de sete elementos, mas sim de cinco elementos e isso tem consequências para lá do simbolismo que representa. O documento faz uma caracterização do estado de conservação dos edifícios, no miolo mais a norte da vila de Arganil assiste-se a um estado de conservação mau ou muito mau do edificado, uma situação não de pré ruptura, porque não estamos a falar de ruínas, mas um generalizar de mau estado de conservação e, ainda assim, julgamos que o documento poderia ter também uma outra classe de classificação dos edifícios, assinalando os que estão em obra; podia dar uma ideia também da própria dinâmica de intervenção no edificado, que também acontece. Temos edifícios em obras e era importante, eventualmente, fazer mais uma cor na própria cartografia temática, que pudesse demonstrar que, apesar de tudo, há intervenções, apesar de tudo, há alguma dinâmica construtiva. A lógica estratégica da reabilitação urbana parece-nos que está correcta, o investimento público tende a motivar e a dinamizar o investimento privado, e criar então um ciclo positivo de intervenção, em que uns ajudam outros e, para tal, é necessário que todos estejamos motivados. O que acontece é que temos alguma dúvida que na parte da componente pública desta equação o município de Arganil esteja realmente a fazer o que lhe compete; no documento é referido, e cito, que a intervenção sobre a reabilitação e a requalificação urbana de espaços públicos e dos edifícios marcantes que garantam e ofereçam programas adequados e atractivos, ou seja, a promoção do empreendedorismo, da cultura, do lazer, entre outros, e ainda refere a quem



RPAH3

Assembleia Municipal

compete a formulação de políticas públicas que favoreçam e incentivem a ação de proprietários, promotores ou inquilinos. Julgamos que a locomotiva de exemplo por parte do município tem sido, se calhar, pouco evidente e, no caso concreto da área de reabilitação urbana da vila de Arganil, estamos a falar de um elefante na sala, que são as obras, que já não me lembra há quantos meses é que estão paradas. Esse sinal de intervenção coerente, pensada, programada, eficaz e rigorosa, que depois vai motivar e incentivar os privados a investir nos seus próprios edifícios, parece-nos que está a uma velocidade um bocado perto do nulo. Os objectivos estratégicos apresentados estamos compaginados com eles, também seria impossível não estar, são algo gerais, obviamente, estes programas são parecidos de sede de concelho para sede de concelho. Acho que era importante podermos ter um mapa com as intervenções cartografadas, das ações estruturantes, porque estes documentos são para ser vistos pelas pessoas que habitam o espaço, mas também devem ser mais ou menos transparentes e evidentes para quem não conhece tão bem, e até seria interessante ter essa cartografia das ações estratégicas bem apresentada. Depois temos o conjunto de ações estruturantes que levantam algumas questões que devem ser esclarecidas; desde logo, a questão do Cineteatro Alves Coelho, que nos agrada muito que esteja assumido como uma intervenção estratégica concluída até o final do ano de 2020, ou seja dentro de dois anos, e gostávamos de saber se isso é uma realidade ou um objectivo, uma ideia, um conceito pouco definido, que pode levar a situações como o ponto que vamos discutir a seguir. Ação número dois, a reabilitação urbanística do centro histórico, julgo que não vale a pena falar, porque é constrangedora a sua situação. Há depois uma série de intervenções e de ações que estão no programa mas que nos parece que poderiam estar muito mais concretizadas, seja territorialmente, seja ao nível do programa de intervenção; desde logo, o prolongamento do Parque Verde do Sub-Paço, para onde? É interessante perceber para onde é que vamos querer prolongar o que está por acabar; a reabilitação da Casa dos Magistrados, que num lado está sem estimativa de intervenção, no outro está com 840 mil euros de intervenção, mas sem programa, coisa muito vaga, não sabemos qual é a ideia do município para a sua reabilitação; da mesma forma, apesar de tudo, um programa mais concreto, para a Residência Feminina e depois a parte da reabilitação do vazio urbano, que não é vazio urbano, é o resultado de uma demolição, na Praça Simões Dias, que continua sem estimativa, sem programa, e sem resolução aparente. Depois tem uma série de outras ações que, apesar de tudo, são importantes, mas que estão demasiado prolongadas no tempo, para uma área de intervenção tão limitada como o centro histórico; estamos a falar de, acho que se perde um bocado o pé, da dimensão e da escala do documento; estamos a falar de uma área relativamente concentrada e estamos a falar de programas por exemplo de sinalética turística, de reforço de toponímia, eventualmente, ou até do wi-fi gratuito e livre, com um horizonte em 2032, e que são ações que, se calhar, podiam estar mais bem definidas no tempo, de tão importantes que são e se calhar seriam muito relevantes para melhorar a qualidade e a



RPAL

Assembleia Municipal

identidade do espaço; se tivermos todos os edifícios classificados e monumentos, da área de intervenção, que ainda são alguns, com sinalética nova, mais atractiva, mais sugestiva e mais informativa, se tivermos o wi-fi gratuito, em toda a área da ARU do centro da vila, vamos ter que esperar até 2032 para isso acontecer? Acho que não, acho que podia ser assumido como uma intervenção mais premente e mais urgente. De resto, agrada-nos que seja tido como objectivo, até ao final de 2010, para além do Cineteatro Alves Coelho e das obras no espaço público da vila, a intervenção de eficiência energética no edifício da Câmara Municipal, a Casa dos Magistrados, a Residência Feminina, a Requalificação do Mercado Municipal, a resolução do espaço do edifício na Praça Simões Dias, a transformação da antiga escola primária do Paço em Arquivo Municipal, que julgo que é um projecto muito importante e muito interessante; acho que pode, realmente, porque o espólio do município deve estar bem inventariado e ao serviço e à disposição dos munícipes e a história da ação administrativa do município tem períodos e tem documentos muito interessantes que devem estar disponíveis para todos quem os queira estudar ou conhecer e o Manual de Boas Práticas de Intervenção no centro histórico de Arganil. Tudo isto são intervenções muito importantes, muito interessantes, assumidas como possíveis até 2020, ou seja, dentro de dois anos, e nós vamos estar no ponto seguinte, a discutir empréstimos com um horizonte de intervenção de dois anos e há aqui algumas destas intervenções que não estão lá contempladas. Esta estratégia tem tudo a ver umas coisas com as outras, não são só prazos para cumprir, são opções de gestão estratégica que dizem respeito a todos e que devem ser assumidas e pensadas de forma alargada e holística. É importante que este documento exista, se fossemos nós a executá-lo haveria, com certeza, diferenças; é importante que apareçam projectos âncora que são evidentes, com os quais concordamos, temos dúvidas que a Câmara esteja a fazer o seu papel de promotor de intervenção no espaço público com eficácia e com a celeridade que deveria ser neste momento dada aos promotores privados, a segurança de investimento, para a valorização das suas próprias propriedades, e sublinhamos o que, a certa altura, vem escrito no documento, sobre o centro de Arganil, que diz o seguinte: no centro de Arganil, ainda é possível identificar, devido às suas características físicas e sócio funcionais, problemas sociais, aliados a condições de habitabilidade do parque edificado mais débeis. Verificam-se dificuldades de integração social, relacionadas principalmente com a não valorização de identidade colectiva, com uma baixa auto-estima, e a necessidade de líderes na comunidade. E eu sublinho esta última parte, a necessidade de líderes na comunidade. Deixo à consideração da Câmara Municipal a análise e o que é que esta última expressão quer dizer, nós também concordamos, necessitamos de líderes na comunidade, eventualmente até, a breve trecho, de novos líderes.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Elisabete Oliveira** para dizer que “enquanto ouvia atentamente o deputado Miguel Pinheiro, pensava na importância no que diz



RPA-lus

Assembleia Municipal

respeito a documentos como o que estamos a analisar, de haver aqui, e seria preocupante se não houvesse, alguma sintonia no diagnóstico e naquilo que é necessário fazer e na importância que estes documentos assumem, neste caso em particular, na vila de Arganil. Naturalmente também que, normalmente, o que distingue as diferentes abordagens é o processo que se assume, as prioridades que se identificam, e tudo o que foi dito foi importante. Na medida em que este programa estratégico apresenta-se aqui como muito importante para contrariar o esvaziamento dos centros históricos; não gosto muito de falar, parece que estamos sempre a desculpar-nos, de problemas que são transversais, mas também acho muito demagógico e pouco honesto, que também não é algo com que me identifique, assumir certos problemas como se fossem únicos da nossa própria realidade; e digo isto porque estamos a falar de um problema que é transversal, referimo-lo muitas vezes, isso não implica que não procuremos soluções únicas, e que se identifiquem com o nosso território, mas também é importante perceber não só as dificuldades que são transversais aos territórios, como as soluções e as estratégias que são implementadas e este esvaziamento do centro histórico é algo a que assistimos a nível nacional e que é mesmo importante contrariar. E este tipo de programas estratégicos revelam-se muito importantes para revitalizar, para salvaguardar, e valorizar, não apenas a componente urbana e arquitectónica que surge aqui como algo importante, mas também a sustentabilidade das dinâmicas que foram referidas aqui, quer de regeneração social, cultural e económica dos centros. E aqui é muito importante e também foi referido, que é a parte do edificado privado, ou seja continuar a fazer um trabalho que leve as pessoas a perceberem quais são as mais-valias e as vantagens que têm e que podem aproveitar para fazer a regeneração deste edificado privado, mas também no que diz respeito aos edifícios públicos e de interesse público. Referir também que consideramos muito importante que este programa estratégico esteja associado a iniciativas que envolvam a comunidade, que motivem, e este trabalho muito com os comerciantes e com os habitantes, naturalmente dos centros históricos, no sentido de criar dinâmicas e levá-los a assumir essas dinâmicas. Falámos de lideranças, e é um tema que me é muito caro, até porque acredito muito e me identifico muito com o estilo de liderança colaborativa e acho que isto de liderança colaborativa é um conceito ao qual devemos estar atentos, na medida em que, cada vez mais, não me parece que seja possível desenvolver projectos ou desenvolver iniciativas, por mais bem estruturadas que estejam, sem a colaboração e sem o envolvimento das pessoas; quando falamos em lideranças e em estimular lideranças, é importante perceber que aqueles que elegemos, têm sobretudo a obrigação de envolver todos, sobretudo quando estamos a falar de programas estratégicos na execução destes mesmos programas. Acho que, sem dúvida, que um dos objectivos, e estamos a falar de um plano a 20 anos, é essencialmente envolver as pessoas e motivá-las para elas próprias desenvolverem iniciativas que revitalizem os centros históricos, porque a revitalização dos centros históricos terá sempre muito a ver com a vitalização das próprias pessoas que neles



RPALus

Assembleia Municipal

habitam, que neles vivem, e que queremos que os visitem. Acho que é absolutamente essencial não só, criar um mecanismo e um instrumento que permite às pessoas aproveitar benefícios que levem ao investimento, mas também dinamizar iniciativas, continuar a apostar em actividades que não são apenas da responsabilidade do município, mas que envolvam todas as pessoas que estão mais directamente ou indirectamente ligadas aos centros, e que leva a que exista vida nos centros históricos. Acho absolutamente essencial que se faça este trabalho de proximidade com as pessoas, que as envolvam neste processo, considerando este instrumento absolutamente essencial para manter e melhorar as funções de uso dos centros urbanos."-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **António João Lopes** dizendo que "ao ler este documento fiquei bastante entusiasmado por ter surgido um certo número de sonhos, eu chamo-lhe sonhos porque a realidade é outra; reparem, nós temos a noção, por exemplo aqui vêm 128 casos de privados que estão numa situação má, isto pressupõe que, se calhar, tem que ser refeita quase toda a construção; 128 é uma dimensão estrondosa. Temos a noção, por exemplo, de há quanto tempo está em obra esta casa que era da Cooperativa Agrícola e depois é da Caixa Agrícola? Isto demora tudo muito, muito, tempo, precisa de muitos técnicos, quantos engenheiros, arquitectos, trabalhadores, metros cúbicos de material, trabalhadores a todos os níveis, electricidade, construção civil, serão precisos? Refiro só estes 128 casos que aqui vêm referidos em 3 páginas, que na realidade não encontrei nenhum edifício médio, é tudo mau, estão maus; na realidade, se formos pelas ruas, o que é que encontramos? Casas fechadas, os proprietários idosos, se já não faleceram, são proprietários que estão fora de Arganil; esse problema passa-se em todo o nosso interior do país, em Arganil, Côja, por aí adiante. Por isso eu acho este sonho extremamente interessante; gostei de o ler como leio um livro de contos, mas gostaria de dar um empurrão para que isto se concretizasse, por isso, precisaríamos talvez, de um gabinete próprio para ir reunindo ideias que fossem aplicáveis, porque nestes proprietários privados, haverá muitos que dizem que não estão interessados em fazer investimento, dado que os valores que aqui aparecem, globalmente, são 27 milhões de investimento, e só há 3 milhões de apoios, na ordem de 10%; não é muito motivador, vejam o caso geral, aqui na rua principal e em duas ou três adjacentes; serão prédios que tiveram a sua vida no século 20, lá para meio quase fim do século 20, os herdeiros encontraram outras formas de trabalho, outras formas de vida, vivem fora de Arganil, na maioria dos casos, como é que agora vamos trazer para aqui as pessoas? As pessoas agora têm automóveis, precisam de garagens, precisam de elevadores, precisam de ruas relativamente largas, porque se formos ver, cada uma das ruas de Arganil só pode ter um sentido de trânsito, a maioria; o mesmo se passa com Côja, Benfeita; eu estive na Benfeita há relativamente pouco tempo e só vi portas e janelas fechadas, a grande maioria são prédios que estão relativamente muito bons, por fora, por dentro não sei, mas são de ocupação muito



RPALH3

Assembleia Municipal

reduzida, fins-de-semana e algumas férias; esta é a realidade, se conseguirmos para Arganil algum entusiasmo, aqui para o centro, porque nos arredores já se verificou que as pessoas que têm possibilidade, constroem a sua vivenda, com um pequeno espaço para jardim, com acesso a garagem, com um a dois pisos; esta é a ideia mais vulgarizada. Aqui no centro histórico, mas é o mesmo em Coimbra ou Lisboa. Propunha que houvesse um conjunto de pessoas que constituísse um gabinete, suportado pelo Município, a que pudessem ter acesso cada uma das pessoas entusiastas destes problemas, porque por exemplo na zona nestes núcleos de ruas era tentar juntar algumas propriedades privadas, de forma a criarem-se condições para melhor acesso e melhor vida colectiva.”-----

-----Teve novamente a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para “precisar algumas circunstâncias que me parecem importantes; em primeiro lugar dizer e clarificar que o prazo para a discussão pública foi aberto através da publicação em Diário da República no dia 27 de Agosto, houve 20 dias úteis para os cidadãos apresentarem os seus contributos, as suas sugestões, as suas correções, sugestões de melhoria, e devo dizer, aliás isso consta do documento de informação técnica que foi à Câmara e vem à Assembleia Municipal, que nesse período de 20 dias úteis não se registou nenhum contributo, nem nenhuma sugestão de melhoria, nem nenhuma correção; queria precisar essa informação.”-----

-----Quero dizer também que, do ponto de vista da intervenção no espaço público, há duas naturezas de intervenção que são complementares, por um lado a necessidade de intervenção naquilo que tem a ver com o espaço público, aquilo que é o património público, mas naturalmente que a requalificação e a reabilitação do espaço urbano, não é possível, nem é funcional, se a isso não estiver associado o investimento privado. Em relação a esta matéria em particular, devo dizer que, neste momento, para além daquilo que são os benefícios concedidos por parte do município de Arganil, para estas intervenções, e por parte do Estado, naquilo que tem a ver com alguns impostos, nomeadamente com a redução da taxa de IVA, há também para estas intervenções por parte dos privados, associados mecanismos financeiros, com taxas de juro praticamente ao nível zero, e com prazos de amortização bastante dilatados. Este tipo de plano é também importante por causa disso, para permitir que não só as entidades públicas mas também os particulares possam ter instrumentos que os ajudem a fazer estas intervenções que todos consideramos críticas. Há também um aspecto que queria sublinhar, sabemos que em algumas latitudes há tendência para se escamotear os problemas e para sublinhar aquilo que são os aspectos positivos; naturalmente que, num documento desta natureza, não se esperava que houvesse aqui alguma tentativa de esconder aquilo que sabemos q são os problemas que existem aqui na sede do concelho, nem ao nível do imobilizado construído, ao nível das questões sociais com um ou outro núcleo, que toda a gente sabe que há décadas regista algumas dificuldades de integração, infelizmente não é um problema de ontem, não é um problema de hoje, é



RPALus

Assembleia Municipal

de décadas, e mal seria que não tivéssemos esses problemas bem presentes quando elaboramos um documento como este que é um documento sério, é um documento honesto, e que coloca também em cima do papel aquilo que são todos os problemas que consideramos críticos neste espaço da nossa vila. Vale a pena também dizer que muitas destas intervenções, como não poderia deixar de ser, estão dependentes de financiamentos; há perspectivas de acesso a financiamentos, por parte dos privados mas também, naquilo que tem a ver com as entidades públicas, também há essas perspectivas, que também consideramos e temos algumas indicações que se possam concretizar. Com a mesma seriedade que este documento é elaborado, tenho que sublinhar que as intervenções que estão aqui consideradas serão desenvolvidas mais ou menos rapidamente consoante esses meios financeiros estejam disponibilizados ou não. Dizer também que há um conjunto de determinações que constam do documento e que já estão em implementação com meios financeiros menos significativos; um exemplo de que o senhor deputado Miguel Pinheiro falou, naquilo que tem a ver com o arquivo municipal, nós assumimos este projecto como muito crítico, porque, contrariamente àquilo que já algumas vezes ouvi, o arquivo histórico, ou o arquivo municipal, não é um conjunto de papéis velhos, antes pelo contrário, é um conjunto de documentos que representam a história do nosso concelho e que devem ser preservados até ao limite. Neste caso em particular devo sublinhar e clarificar que este projecto do arquivo municipal é um projecto que está concretizado parcialmente; e eu digo parcialmente porque é o equipamento que está a funcionar já como arquivo municipal mas que precisa ainda de algumas intervenções naquilo que tem a ver com as condições de conservação deste tipo de espólio, como controlo de humidade, de temperatura, um conjunto de aspectos críticos para preservar esta documentação. Aproveitar para dizer que estamos a desenvolver um projecto de desmaterialização de boa parte deste arquivo histórico, e que não havendo questões sensíveis do ponto de vista daquilo que é o conhecimento público, estarão ao dispor do público, por via electrónica. Relativamente àquilo que tem a ver com as lideranças, e agradecer à senhora deputada Elisabete Oliveira o contributo nesta matéria, acho que fez o resumo e colocou as coisas como devem ser colocadas; naturalmente que as lideranças são um processo e é um processo tão alargado quanto possível. A questão que colocou em cima da mesa, nomeadamente naquilo que tem a ver com a dinâmica comercial do centro histórico, é algo que consideramos como muito crítico e temos vindo a trabalhar de uma forma muito insistente porque, obviamente, não podemos partilhar nem podemos aceitar que não exista uma partilha de responsabilidades entre as entidades públicas e os comerciantes; nesse aspecto em particular tem sido muito profícuo verificar nos últimos tempos que temos conseguido motivar os comerciantes, que temos conseguido envolvê-los nas mais diversas iniciativas, que são importantes para a dinamização do centro histórico, enquanto espaço social, enquanto zona de vivência, enquanto zona de habitação que o é e deve ser mais, mas naquilo que é uma



RPA

Assembleia Municipal

dinâmica integrada, que considera todas as valências, considera, para além da habitação que já referi, o comércio, considera animação, e nesse aspecto em particular sublinhar, mais uma vez, que tem sido muito profícuo constatar que os comerciantes têm aderido e têm aceite os desafios que têm sido colocados nas mais diversas iniciativas que têm sido suscitadas. Alguns com maior motivação, outros com menor motivação, mas isso também é o papel das várias entidades, motivá-los para serem elementos activos, neste desenvolvimento que se pretende no nosso centro histórico.”-----

-----Apreciado e discutido o assunto, e não tendo havido contributos externos, no período de discussão pública, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 29 votos, aprovar o Plano Estratégico de Reabilitação Urbana do Núcleo Histórico da vila de Arganil.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

2 - Apreciação e votação de aclaração relativamente ao procedimento para contratação de empréstimo de médio e longo prazo, por 8 anos, no montante de 4.000.000,00€.-----

-----Presente a informação INF/DAGF SF/174/2018, datada de 30/09/2018, da técnica superior Joana Duarte, que se dá por transcrita, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----Teve a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para explicar que “há uma questão formal suscitada pelo Tribunal de Contas que, à partida, na nossa abordagem, não levantaria questões de maior, mas o Tribunal de Contas está a suscitar objeções relativamente a este enquadramento. Como se recordam, fizemos a aprovação, em Abril, de um financiamento de 4 milhões de euros, que considerava duas componentes, uma de projectos sem comparticipação, no valor de dois milhões e meio de euros, e outra de projectos com comparticipação; isto no mesmo projecto de financiamento, no mesmo contrato de financiamento, que foi submetido a visto prévio do Tribunal de Contas, com esta abordagem única, um único investimento. Se, do ponto de vista técnico, não levantaria problemas nem dificuldades, o Tribunal de Contas entende que devem ser financiamentos totalmente autónomos, portanto o financiamento dos projectos que não são objecto de comparticipação, este procedimento ser autónomo e distinto do procedimento relacionado com o dos projectos com comparticipação. Por outro lado, quando em Março preparámos este processo e em Abril o submetemos à aprovação da Assembleia Municipal, houve uma abordagem que foi feita com informação que tínhamos ao momento, nomeadamente naquilo que está relacionado com alguns projectos interessantes, e destaco, a este respeito, o projecto de Reabilitação e Requalificação da Zona



RPALus

Assembleia Municipal

Industrial da Relvinha, que na altura estava sinalizado como sendo um projecto sem comparticipação de fundos europeus municipais, estava com uma dotação diminuta, considerando o valor de investimento de que estamos a tratar, e, fruto do trabalho que temos vindo a desenvolver, há, neste momento, informação e elementos que nos levam a alterar esta abordagem. Em primeiro lugar, dizer aos senhores deputados municipais que estamos a falar de uma Ampliação da Zona Industrial da Relvinha que abrange, entre espaço para lotes e infra-estruturas e terrenos para a faixa de proteção, que é cerca de 50% para cada uma das áreas, estamos a falar de uma área que ultrapassa os 600 mil metros quadrados; se considerarem o valor sugerido pelo perito avaliador, e que foi aprovado em sede de reunião de Câmara, o valor de 2 euros por metro quadrado, só para terrenos, estamos a falar de um investimento que ultrapassa um milhão e duzentos mil euros. Para além disto, a nível da intervenção de requalificação, na Zona Industrial da Relvinha, naquilo que é já o espaço existente, e naquilo que tem a ver com a infra-estruturação desta ampliação, estamos a falar de um investimento que se aproxima de um milhão e oitocentos mil euros. Significa isto que, na Relvinha, serão investidos cerca de 3 milhões de euros. Esta é uma parte da equação, é uma variável que é importante hoje considerarmos e termos em cima da mesa com todos estes elementos; paralelamente, em Abril não havia ainda nenhuma informação de candidatura para apoiar este investimento, neste momento temos já este processo com indicação clara, por parte da CCDRC, no sentido da aprovação da candidatura, com um apoio que rondará um milhão e quinhentos mil euros. Significa que do ponto de vista prático haverá um investimento na Relvinha de cerca de 3 milhões de euros, na requalificação e na ampliação, com um financiamento que em termos práticos rondará 50%, um milhão e meio de euros. Consequência prática: não faz sentido considerar este projecto nos projectos sem comparticipação, e, obviamente, fará sentido considerá-lo nos projectos com comparticipação de fundos europeus. Paralelamente, e recordarão que tínhamos construído este processo para o financiamento ser executado no decurso de dois anos, isto permitia que ao mesmo tempo que algumas iniciativas, alguns projectos, iam sendo desenvolvidos e concretizados, permitia tratar das questões formais e processuais relacionadas com outros. Neste aspecto em particular, referir aquilo que tem a ver com a eficiência energética e de reabilitação do edifício dos Paços do Concelho, cujo projecto foi já apreciado em sede de reunião de Câmara, e que é certo que a candidatura, embora existam expectativas muito expressivas, no sentido dela ser aprovada, neste momento ela ainda não está com essa decisão. Ao mesmo tempo, o valor de despesa prevista, que na altura aqui foi considerado, de 984.902,00€, é um valor que está sub-avaliado, o valor da estimativa orçamental que resulta do projecto, está em 1.400.000,00€, poderá haver aqui também necessidade de reformular alguns valores. Aqui chegados, aquilo que nos parece e foi algo que foi também abordado em sede de reunião de Câmara, matéria relativamente à qual existiu unanimidade, no sentido de prosseguirmos já com o financiamento de dois milhões e meio de euros, para projectos sem comparticipação comunitária,



RPAL

Assembleia Municipal

considerarmos aqui nesta componente apenas cinco projectos porque são suficientes para este valor e ao mesmo tempo permite poupar nas questões burocráticas da aplicação do financiamento e devo sublinhar que este processo também resulta de um trabalho que temos vindo a fazer com os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, naquilo que tem a ver com a sinalização de algumas lacunas, algumas dificuldades ao nível da rede viária que implicam e tem como consequência algum reforço de financiamento para a intervenção ao nível da rede viária. Posto isto, dizer também, e já o tinha dito em Abril, que este financiamento, para já também nos permite manter em aberto uma “corrida” que consideramos absolutamente determinante, mas a partir do final de 2018, início de 2019, haverá decisões por parte da tutela, por parte do Governo, designadamente do centro 2020, ao nível dos financiamentos comunitários, que vão exigir, para tirarmos partido das oportunidades que se vão colocar, que tenhamos meios financeiros e disponibilidade de tesouraria, para acompanharmos essas candidaturas que, acredito, terão uma janela de oportunidade significativa. Isto é algo relativamente ao qual a CCDRC tem vindo a alertar, a situação que se colocará a partir do final do ano, e, quer em Abril, quer na última reunião de Câmara, importa, nessa altura que tenhamos meios financeiros para acompanhar as candidaturas que, na nossa perspectiva, se poderão perspectivar. Relativamente à componente com fundos europeus, na Câmara deliberámos essa contratação, mas deliberámos também, aliás nem poderia ser de outra maneira, aguardar pelas decisões relacionadas com estas candidaturas que são mais expressivas do ponto de vista do impacto financeiro, desde logo a candidatura de intervenção neste edifício onde estamos agora, e só, nesse momento posterior, definirmos o valor. Nesta sequência, prosseguiríamos já com este financiamento para projectos sem participação dos fundos estruturais, e num momento posterior deliberaríamos relativamente ao financiamento para apoiar os projectos com apoio de fundos estruturais. Agora o financiamento para projectos sem fundos estruturais e posteriormente o financiamento para projectos com fundos estruturais.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** referindo que “surgiram-nos aqui algumas dúvidas e algumas confirmações; não sei se é possível solicitarmos o conhecimento ou leitura do documento do parecer do Tribunal de Contas, não sei se é um documento que possa ser consultado, visto, lido, analisado também pelos deputados da Assembleia Municipal, ou não; confesso que não sei mesmo, mas se fosse possível termos acesso a esse documento acho que nos ajudaria a perceber esta necessidade de aclaração, pelo que li é uma segunda aclaração, posso estar enganado, em relação a uma questão que indicia, segundo parece, uma precipitação de pedido de empréstimo dos 4 milhões, que na altura foi apresentado e até defendido pela bancada do PSD, como uma expressão prática de um rigor de gestão e um rigor de programação que passados estes meses se veio a confirmar que tal não era evidente, está comprovado que houve, no mínimo, um erro



RPALus

Assembleia Municipal

de análise e de estratégia procedimental em relação ao pedido do empréstimo. Já não estamos a falar de um empréstimo de 4 milhões, mas o que também não compreendo, é porque é que estamos a analisar e a votar este ponto número dois da informação técnica e que depois é transcrita para a deliberação de Câmara, como é que vamos votar um empréstimo cujo valor não sabemos qual é? Qual é o sentido de vir aqui hoje um ponto dois, para ser votado um empréstimo de médio e longo prazo com prazo de vencimento de 8 anos, prazo de utilização de capital de 2 anos, início de amortização de capital patati, patatá, a aplicar em projectos com comparticipação, com o valor que logo se vê! Eu acho que isto não tem sentido; senhor Presidente, desde logo lhe digo que nós não somos contra empréstimos, a Câmara tem que fazer obra, precisa de dinheiro, tem capacidade de endividamento, tem a sua estratégia, tem o seu programa político, investe nos projectos que prioriza e tem um mandato político para isso, o meu colega Luis Gomes não precisa de vir dizer que ganharam eleições e tem uma data ..., tem sim senhor, faça como está no programa, e espero que tenha todo o sucesso, o seu sucesso é o sucesso do município; estes empréstimos, e independentemente da boa valência que têm para fazer obra, para melhorar a qualidade de vida dos munícipes, precisamos de um bocadinho mais do que de um cheque em branco; isto escusava de vir aqui à Assembleia Municipal, aqui vinha só o empréstimo de dois milhões e meio; diziam que não vão contratar um valor de 4 milhões, porque não vos deixam pedir o valor se não apresentarmos certezas onde o vão aplicar, pelo menos naqueles processos que envolvem terceiros, ou seja, comunidade europeia e dinheiros que vêm de fora; se não têm certeza do valor, não podem pedir, no que diz respeito à vossa actividade específica, é como uma família, cada vez que precisar de comprar uma casa, vai ao banco, tudo bem, se houver uma madrinha que der algum, essa família vai dizer espera, que eu quero saber quanto é que tenho que pedir; a analogia parece-me certa. Portanto, o que devíamos estar aqui a fazer, era o seguinte: há a necessidade de fazer um empréstimo no valor de dois milhões e meio de euros para fazer um certo e determinado número de intervenções, vem aqui à Assembleia e nós votamos; uns votam a favor, outros abstêm-se, outros votam contra. Quando houver certezas da aprovação das restantes candidaturas, volta cá e fazemos a mesma coisa. Não é fácil para nós votar favoravelmente, ou não votar contra, um empréstimo de valor indefinido ou indeterminado. Não me parece lógico, não é certamente a minha especialidade, é mais do Senhor Presidente, mas parece evidente que este processo não está muito bem alinhavado desde o início. Depois há aqui umas questões que gostávamos de colocar, que são as seguintes: em relação aos projectos com comparticipação, eles são travados, neste momento, o seu empréstimo, a sua concretização, por indefinição de decisões de candidaturas; logo à partida, terão a ver com o quadro inicial apresentado; neste quadro, temos o edifício dos Paços do Concelho, a candidatura ainda não está aprovada, da eficiência energética, tem boas indicações; depois temos uma série de outros, que têm a ver com sistemas em alta, de sistemas de abastecimento de água águas residuais e saneamento, que me



RPALus

Assembleia Municipal

parece que as candidaturas venham a ter problemas; depois temos outro que está em obra, da requalificação estrutural e beneficiação da Capela de S. Pedro; para além destes, e agora com a inclusão do Pólo Industrial da Relvinha, gostávamos de saber duas coisas: primeiro, se há mais e se esta espera é uma espera positiva porque vamos acalmar isto, porque estes estão certos e ainda há muitos mais, ou, vamos parar isto porque nem estes estão certos e temos aqui uma dúvida e um receio muito grande que possa ser também a candidatura e a indefinição em relação à reformulação física e à reformulação da candidatura referente às obras da vila de Arganil, que estejam também a pôr em causa este procedimento e este empréstimo. Há também aqui uma questão importante que é o seguinte: nas obras sem comparticipação de fundos comunitários, a Câmara Municipal propõe-se a efectuar especificamente cerca de 3 delas identificadas, a ligação Côja – Barril, a ligação Covais – Roda e a ligação Casal Novo – EM 543; são intervenções na rede viária e comportam um valor total de cerca de 650 mil euros; depois têm um bolo indefinido com praticamente o triplo do valor de um milhão e meio de euros, para a requalificação da rede viária municipal. Senhor Presidente, tem toda a razão, a rede viária municipal está carente de intervenção, e nós não somos o Tribunal de Contas, mas, seria de todo exigível ao município, que especificasse muito melhor que investimento é este, que triplica um investimento que já está definido, ou seja, estamos aqui a aumentar, de um primeiro momento, um pedido da requalificação da rede viária de 900 mil euros, aumentando para um milhão e meio de euros, e não temos a certeza de que sejam intervenções já definidas e gostávamos de saber se elas estão ou não pensadas, negociadas, porque é, realmente, uma fatia muito grande. Depois cai ainda outro projecto, nos projectos sem comparticipação dos fundos europeus, que era uma fatia também considerável, de 250 mil euros, para reabilitação de edifícios municipais; e caindo esta fatia, com um horizonte de dois anos, se isto não põe em causa o que aprovámos no ponto anterior, que dizia respeito a intervenções específicas em edifícios municipais, como era a Requalificação do Mercado Municipal e depois outras, de intervenções em edifícios públicos ou de estatuto indefinido, como a Casa dos Magistrados ou a Residência Feminina. Ou seja, podemos estar aqui a aprovar uma cartilha de boas intenções no ponto 1 e a inviabilizar a sua concretização no tempo que está definido nesse programa, no ponto dois. São algumas dúvidas que se nos levantam, mas que assentam claramente nesta aparente falha de preposição do empréstimo dos 4 milhões, que foi na altura e eu lembro-me, bastante defendido, bastante revelador do rigor desta área por parte do município, e neste momento temos à nossa frente uma proposta de pedir dois milhões e meio em que um milhão e meio é para obras que não estão definidas, e deixar cair um milhão e meio, porque alguém de fora nos veio dizer que precisa de mais certezas. Estão a querer que nós votemos um cheque em branco num valor que não está determinado; pode até estar para a semana, ou daqui a um mês, e há outra questão, que é que garantias é que o senhor Presidente nos pode dar neste momento de que o valor que nos apresentará à Câmara e à



RPALus

Assembleia Municipal

Assembleia Municipal para o empréstimo de médio e longo prazo, no que diz respeito aos projectos com comparticipação de fundos europeus, será de um milhão e meio, ou de dois milhões, porque entretanto já estamos aqui a falar de uma Ampliação e Requalificação da Zona Industrial da Relvinha, e ainda bem, é um projecto determinante, absolutamente fundamental para a revitalização do tecido económico de Arganil, mas que pode, de um momento para outro, duplicar o montante de um milhão e meio, previsto à partida. Podemos estar a falar de um empréstimo que neste momento não tem valor definido, que tínhamos uma ideia de um milhão e meio há uns meses atrás, e que pode facilmente crescer para valores de 3 milhões por exemplo; este ponto causa-nos algumas dúvidas e gostávamos de um esclarecimento do senhor Presidente.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada municipal **Elisabete Oliveira** referindo que “é uma intervenção simples, mas que não podíamos deixar de fazer, na medida em que foi referido muitas vezes pelo senhor deputado da posição da bancada do PSD, precisamente aquando da aprovação do primeiro modelo do empréstimo que nos foi apresentado, e ouvi aqui várias palavras relacionadas com rigor, e com características que iremos continuar a orgulhar-nos da gestão do executivo do PSD que queria esclarecer ou talvez partilhar a minha noção de rigor; rigor passa muitas vezes também por rever processos, perceber se há agora um caminho que se apresente melhor e como mais adequado, e ter a humildade para o fazer; estar aqui a assumir que estarmos a reestruturar ou a rever este processo passa pela falta de rigor, na minha leitura não se enquadra e acho importante esclarecer e percebermos e fazermos uma avaliação destes processos, que são muito sérios, com toda a honestidade que eles nos merecem, sem procurar algumas leituras que não me parece que vão ao encontro da leitura honesta rigorosa e objectiva que estes processos nos pedem. Indo aqui de uma forma muito objectiva e muito breve ao essencial desta questão, naturalmente que enquanto os deputados do PSD revelam a sua posição favorável a um empréstimo que permite que haja investimento que estou certa que todos pretendemos, porque este investimento traz a possibilidade de serem concretizadas obras para o desenvolvimento do concelho, que todos pretendem. Há outra questão que também me parece importante, falou-se em cheque em branco, e acho que isso não se verifica, pelo menos na perspectiva de leitura que fiz, porque é claro quais são as prioridades que o executivo tem, e esse financiamento será usado para projectos concretos que, na minha perspectiva, não se traduzem num cheque em branco, pelo contrário.”-----

-----Teve a palavra novamente o senhor **Presidente da Câmara** dizendo que “todos os processos, como disse agora a senhora deputada Elisabete Oliveira, permitem todos os tipos de leitura; podíamos facilmente, se quiséssemos, prosseguir com este processo no ponto preciso em que o aprovámos em Abril deste ano, era muito fácil; se olharem para o anexo 1 da informação que vem à Assembleia Municipal, naquilo



Realiz

Assembleia Municipal

que tem a ver com os projectos com comparticipação de fundos europeus estruturais e de investimento, o valor que temos aqui elencado, é de 1.607.000,00€; se quiserem fazer o exercício de retirar o projecto do edifício dos Paços do Concelho, que está aqui com um valor de 679 mil euros, e, ao mesmo tempo, fizerem o exercício de colocar aqui o projecto de Requalificação e Ampliação da Zona Industrial da Relvinha, com um milhão e meio de euros, que será necessário de financiamento, facilmente justificamos e ultrapassamos esse mesmo um milhão e meio de euros; não estamos aqui a falar de cheques em branco, eu nunca gostei, até por formação, entendo que é algo completamente proibido, e quero refutar essa ideia. Dizer também de uma forma muito clara que, tendo sido considerado e consignado esse segundo ponto na deliberação da Câmara, relativamente ao financiamento de projectos com comparticipação, obviamente, nem podia ser legalmente de outra maneira, que este processo, naquilo que tem a ver com este financiamento, será novamente apreciado na Câmara e na Assembleia Municipal para definir o respectivo valor; também nesta matéria e neste aspecto em particular, clarificar de uma forma muito expressiva que este financiamento, naquilo que tem a ver com os projectos com financiamento de fundos estruturais, não prosseguirá antes de o apreciarmos aqui novamente; não só por uma questão de princípio, mas também por uma questão legal porque devo sublinhar que a definição do valor, para além das outras questões que foram já objecto de deliberação por parte da Câmara, é uma competência da Assembleia Municipal. Clarificar em relação a esta matéria que não há aqui nenhum cheque em branco nem nenhum bolo indefinido, antes pelo contrário. Relativamente a outros apontamentos que fez, entendemos que, quer naquilo que tem a ver com a reabilitação de edifícios municipais, quer naquilo que tem a ver com as intervenções ao nível do abastecimento de água, estávamos a falar de pequenas grandes intervenções em cada um dos edifícios, porque não sendo muito expressivas ao nível do valor do investimento em cada uma delas, como se trata de muitos sistemas, é expressivo no seu valor global. Mas isto, do ponto de vista do controlo burocrático do próprio processo de financiamento, dificultaria a articulação com a entidade financiadora, e entendemos que é mais prático, mais funcional, atalharmos caminho nesta matéria, continuando nós a assumir essas intervenções como críticas, e portanto terão que ser asseguradas com fundos próprios municipais, mas enquadrando aqui aquilo que é uma prioridade que entendemos que é importante para o concelho e que temos vindo a quantificar naquilo que tem sido o trabalho que temos vindo a desenvolver com as Juntas de Freguesia, e que está relacionado com a intervenção na rede viária municipal. Este valor de um milhão e quinhentos mil euros é um valor neste momento ainda previsional, estamos, na sequência do levantamento que vimos fazendo com as Juntas de Freguesia, estamos a quantificar estas intervenções, temos noção que este valor de um milhão e meio, ainda assim, sendo expressivo, é insuficiente para as intervenções que são necessárias fazer, e dar conta também que, neste momento, como sabe, para além deste levantamento que estamos a concretizar, e



que estamos a concluir, há a necessidade da elaboração de projecto, é o projecto que define quais são os valores base de cada uma das intervenções, e, na sequência dos projectos, em última análise, é o procedimento de contratação pública que define qual é o valor de cada uma das empreitadas. Entendemos que faz sentido considerar aqui este conjunto de intervenções que não estão individualizadas ainda do ponto de vista do projecto de cada uma delas, mas que têm uma expressividade muito grande um pouco em cada uma das freguesias com valores que serão muito significativos.”-----

-----Teve a palavra novamente o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** referindo que “em relação à questão do rigor, isto não caracteriza a matriz estrutural de ninguém, é uma circunstância, acontece, é possível voltar atrás, ir à frente, melhorar; pugno-me muito por que as coisas corram sempre bem, não é possível, às vezes não correm tão bem como a gente vaticina, neste caso até me lembro de que o próprio executivo camarário na altura chamou a atenção da possibilidade do Tribunal de Contas chumbar ou não aprovar projectos que não viessem definidos; a resposta do senhor Presidente na altura foi que não era juiz do Tribunal de Contas e que logo se via; e viu-se; agora reformula-se e apresenta-se. Senhor Presidente, eu compreendo isso, quando chegar à altura das candidaturas aprovadas o executivo terá mais consciência do dinheiro que vai precisar de ir buscar à banca, e nessa altura certamente voltará para nós falarmos do que é que isso significa e termos a nossa análise específica para cada um, mas há situações que e eu pergunto de forma sincera, porque é que neste momento, tendo em conta projectos, ou processos ou por outro lado, eu gostava de saber quais são os horizontes temporais para a definição desse valor, porque certamente que a aprovação dessas candidaturas não será feita toda no mesmo momento; poderá chegar uma altura em que tem redefinição da candidatura da requalificação da vila de Arganil – pronta, acertada, entregue, aprovada; mas ainda não tem a eficiência energética ou a nova perspectiva de abertura do quadro comunitário com a reponderação de projectos e de candidaturas e novas ideias para substituírem outras que não sejam feitas, derrapa; pode acontecer chegarmos a uma altura e termos candidaturas aprovadas, candidaturas por aprovar e outras que temos boas indicações, alguém disse, a senhora presidente da CCDR garantiu, mas que não se constituem como concretas. Isso, neste momento, é ainda bastante indefinido; gostávamos de saber, imagine, se até ao final do primeiro trimestre de 2019 não houver decisões sobre candidaturas como por exemplo da Zona Industrial da Relvinha ou da eficiência energética do edifício dos Paços do Concelho, se avança com a questão das obras na vila ou se vai aguardar que todas elas estejam definidas para fazer um empréstimo global.”-----

-----Teve a palavra o senhor **Presidente da Câmara** explicando que “em relação às candidaturas, para que não fiquem nenhuma dúvida, e volto a remeter para o anexo 1 da informação que foi distribuída, todas as candidaturas que constam desta



Assembleia Municipal

tabela com o título “Projectos com comparticipação de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento”, todas as candidaturas à excepção do edifício dos Paços do Concelho, todas elas estão aprovadas, todas elas estão contratualizadas; em relação a esta matéria não existe qualquer dúvida e por isso é que eu há pouco sugeri o exercício de retirarem o edifício dos Paços do Concelho e adicionarem a candidatura da Zona Industrial da Relvinha, para fazerem o exercício linear e ver qual seria esse somatório. Em relação à candidatura da Zona Industrial da Relvinha, devo também sublinhar e clarificar que não estamos num processo de intenções; neste momento já fomos notificados por parte da CCDR da aprovação da candidatura com um ligeiro corte, e que neste momento está em fase de audição prévia. Também é importante dizer que o corte é de 15 mil euros, que aquilo que fizemos, entretanto, foi comunicar à CCDR a aceitação desse valor; não estamos a falar de nenhuma expectativa que pode ou não vir a verificar-se, estamos a falar da realidade de uma candidatura que está neste ponto e que vai ser aprovada muito rapidamente. Já foi comunicada a intenção de aprovação, com este corte materializado de 15 mil euros, com um financiamento muito próximo de um milhão e meio de euros, já comunicámos a aceitação do valor nos termos em que ele foi sugerido, e por isso é que há pouco referi que era muito fácil, era fazer o exercício de retirar o projecto do edifício dos paços do concelho de 680 mil euros mais ou menos e acrescentar aí aquilo que não é comparticipado da Relvinha de um milhão e meio, e ver facilmente que se fosse a nossa pretensão, atingíamos já um valor superior a dois milhões e 600 mil euros. Não é neste momento a nossa abordagem; entendemos que se justifica aguardar pela definição da candidatura relativamente ao edifício dos paços do concelho. Estas são as candidaturas mais expressivas do ponto de vista do impacto financeiro e interessa que sejam analisadas de uma forma conjunta. Devo dizer e sublinhar mais uma vez que todas as restantes candidaturas estão já contratualizadas, em execução, não se coloca sequer a hipótese de serem ou não objecto de financiamento. Devo também lembrar que esta abordagem que estamos a fazer aqui, em sede de Assembleia Municipal, mereceu a apreciação e a decisão favorável por unanimidade, por parte da Câmara Municipal.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** referindo que “então, segundo percebi, temos um milhão e meio um milhão e seiscentos, no anexo um temos as candidaturas todas aprovadas, excepto o edifício dos Paços do Concelho, que vai ser trocado pela Zona Industrial da Relvinha, em termos teóricos; estaríamos aqui a falar em cerca de, segundo percebi, se a comparticipação da zona industrial da Relvinha é cerca de um milhão e meio, à volta de 3 milhões; com o edifício dos Paços do Concelho, mais 603.680.000,00€, basicamente. O pedido de empréstimo que virá à Câmara nessa altura será desse valor, ou ainda vamos aguardar mais candidaturas que apareçam entretanto para que seja diferente? Segundo percebi, será de um milhão e meio o empréstimo relativamente à ampliação da Zona Industrial da Relvinha; o que eu pergunto é se todas estas candidaturas



RE-KWS

Assembleia Municipal

estão aprovadas, neste momento, porque é que não estamos a votar o empréstimo em relação ao que está aprovado? Isto seria muito mais claro; se precisasse depois no próximo ano, com mais candidaturas aprovadas, e até com candidaturas que eventualmente venham a acontecer por reformulação do quadro comunitário, teríamos outra discussão. Mas esta discussão de está aprovado, está contratualizado, está certo, vamos avançar, parece-nos muito mais sensata e muito mais verdadeira, porque o senhor Presidente pede-nos, é estratégia, é sua, é do executivo, respeitamos perfeitamente, mas parece-nos que seria muito mais claro que, se estão contratualizadas, aprovadas, porque é que não estamos então a aprovar o empréstimo? Vamos ter que cá voltar para o ano, é certo, para fazer nova reunião sobre este assunto, eventualmente até estaríamos a falar de um valor que estaria mais próximo dos 4 milhões que apresentou em Abril.”-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu ainda que “aquilo que eu quis dizer há pouco, com o exercício que fiz, e não se trata aqui de nenhuma troca, foi que tínhamos, hoje, condições para avançar não só com o financiamento de dois milhões e meio mas avançar também já com o financiamento naquilo que tem a ver com os projectos com comparticipação. Foi isso que pretendi demonstrar; facilmente concluímos que isso era manifestamente possível. Entendemos, ainda assim, considerando o impacto da intervenção relacionada com o edifício dos Paços do Concelho, que se justifica aguardar por essa definição, até porque vamos conseguindo executar as candidaturas que estão neste momento a decorrer. É uma questão de opção, podíamos, de facto, e tínhamos condições hoje para isso, podíamos deliberar relativamente ao financiamento assim de uma forma muito linear, diria que quase conseguiríamos, se o pretendêssemos, deliberar ou o financiamento para projectos com comparticipação de fundos estruturais qualquer coisa à volta dos dois milhões e meio de euros, do ponto de vista formal teríamos esse enquadramento, mas parece-nos que se justifica aguardar por uma definição relativamente ao edifício dos Paços do Concelho. Nesta matéria também temos que ser um pouco coerentes; o senhor deputado começou por dizer que tinha havido em Abril uma atitude precipitada, neste momento está a sugerir que não sejamos tão cautelosos, portanto convém termos aqui um equilíbrio nesta abordagem e tentarmos ser coerentes nas intervenções que fazemos.”-----

-----Apreciado e discutido o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com cinco abstenções e vinte e quatro votos a favor, aprovar a contratação dos seguintes financiamentos: -----

-----Um empréstimo de médio e longo prazo no montante de 2.500.000,00€ (dois milhões e quinhentos mil euros), com prazo de vencimento de oito anos, prazo de utilização do capital de dois anos, com início de amortização do capital após utilização do total do capital ou assim que decorrido o prazo de utilização (o que se



Assembleia Municipal

verificar primeiro); para aplicar nos projectos sem comparticipação de fundos comunitários constantes do anexo II da informação e nos moldes ali mencionados;---

-----Um empréstimo de médio e longo prazo, com prazo de vencimento de oito anos, prazo de utilização do capital de dois anos, com início de amortização do capital após utilização do total do capital ou assim que decorrido o prazo de utilização (o que se verificar primeiro), para aplicar em projectos com comparticipação dos fundos europeus estruturais (excepcionados, ao abrigo da al. a) do nº1 do artigo 52º da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro). Foi também deliberado, considerando que se aguardam decisões relativamente à aprovação de algumas candidaturas submetidas, que a definição do valor a financiar e dos projectos a considerar serão oportunamente definidos.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

3 - Apreciação e votação do 16º Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.-----

-----Presente um exemplar do 16º Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 29 votos, aprovar o 16º Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.---

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** dizendo que “apesar de também não fazer parte da ordem de trabalhos, não podia deixar de me congratular e felicitar o senhor Presidente da Câmara, enquanto elemento do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra com a escolha da região de Coimbra como Região Europeia da Gastronomia em 2021.”-----

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram doze horas e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----



Assembleia Municipal

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

Ricardo Pereira Alves

Odete Fernandes